

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Hospital Municipal Vereador José Storopoli

CNPJ nº 61.699.567/0003-54



Nota da Administração Demonstrações Contábeis

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Hospital Municipal Vereador José Storopoli**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30/04/2020. São Paulo, 28/02/2020. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Diretor-Presidente da SPDM.

Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Ativo	31.12.2019	31.12.2018
Ativo Circulante	30.627.382,44	60.015.031,85
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota3.1)	601.563,48	44.153,92
Bancos conta movimento (Nota3.1)	11.359,22	14.931,32
Aplicações Financeiras (Nota3.1 / 3.2)	590.204,26	29.222,60
Valores a Receber (Nota3.3)	28.393.831,99	57.190.244,12
Valores a Receber - Prefeitura Municipal de São Paulo (Nota3.3.1)	-	-
Valores a Negociar - Contrato/Convênio (Nota3.3.2)	28.393.831,99	32.755.454,82
Estimativa de Rescisão Contratual (Nota3.7)	-	24.434.789,30
Outros Créditos (Nota3.4)	719.290,89	774.126,35
Adiantamentos a fornecedores (Nota3.4.1)	191.607,43	144.380,38
Antecipações salariais (Nota3.4)	11.984,54	24.388,79
Antecipação de férias (Nota3.4.2)	427.855,79	512.514,05
Outros créditos e adiantamentos (Nota3.4)	-	-
Depósito Judicial (Nota3.4.3)	87.843,13	92.843,13
Estoques	903.476,83	1.997.206,77
Estoque Materiais e Medicamentos (Nota3.5)	903.476,83	1.997.206,77
Despesas Pagas Antecipadamente	9.219,25	9.300,69
Prêmios de Seguros e Outros a Vencer (Nota3.6)	9.219,25	9.300,69
Ativo Não Circulante	29.013.719,44	656.167,37
Realizável a Longo Prazo	26.875.841,01	-
Estimativa de Rescisão Contratual (Nota3.7)	26.875.841,01	-
Ativo Imobilizado	2.137.878,43	656.167,37
Bens de Terceiros	2.137.878,43	656.167,37
Bens Móveis (Nota3.8)	7.478.745,13	5.817.250,36
Ajustes de vida útil - Bens Móveis de terceiros (Nota3.8/3.8.1)	(5.340.866,70)	(5.161.082,99)
Total do Ativo	59.641.101,88	60.671.199,22

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Ffindos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores Expressos - Em R\$)

Fluxos de caixa nas atividades operacionais	2019	2018
Resultado do Exercício	-	-
Variáveis nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	1.975.488,02	(2.231.284,20)
(Aumento) Redução em estoque	331.440,64	292.820,06
Aumento (Redução) em fornecedores	981.563,99	1.186.784,13
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	(2.635.528,29)	272.050,60
Aumento (Redução) Bens de Terceiros	1.481.711,06	474.902,43
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.134.675,42	(4.726,98)
Fluxos de caixa nas atividades de investimento		
Adição de Bens de Terceiros	(1.481.711,06)	(474.902,43)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(1.481.711,06)	(474.902,43)
Fluxos de caixa nas atividades de financiamentos		
Financiamentos/Parcelamentos	-	-
Pagamentos de empréstimos/ debêntures	(95.554,80)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(95.554,80)	-
Aumento (Redução) líquido de caixa provenientes das atividades	557.409,56	(479.629,41)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	557.409,56	(479.629,41)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	44.153,92	523.783,33
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	601.563,48	44.153,92

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2019 e 2018

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras: A Entidade, **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nos. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. **Características da Unidade Gerenciada:** O Hospital Municipal Vereador José Storopoli, de agora em diante identificado pela sigla HMVJS, foi inaugurado em dezembro de 1989, fruto da conquista dos líderes comunitários de Vila Maria e Vila Guilherme. Trata-se de um hospital geral, de complexidade secundária, pertencente à Prefeitura Municipal de São Paulo. Em 01 de Fevereiro de 2008, a partir do processo 2007.02.387.265-2 a SPDM e SMS-PMSP firmou o contrato de gestão n.006/2008 NTCSS-SMS-G. Em 2009 foi inserido o Termo Aditivo 003/2009 a este Contrato de Gestão, para inclusão do Hospital Vereador José Storopoli à rede de serviços de saúde da **Microregião Vila Maria/Vila Guilherme** para ter uma referência hospitalar desta região. O HMVJS possui 205 Leitos e é gerenciado de acordo com os princípios do SUS, com atenção hospitalar integral e de qualidade, ainda conta com o programa de atendimento denominado - Melhor em Casa, do qual este foi criado para prestar Assistência à saúde no domicílio, por equipe multiprofissional qualificada, como alternativa à hospitalização para pacientes com quadro clínico estável e que dependam continuamente de cuidados especializados. Disponibiliza aos pacientes, serviços de transporte próprio para emergências e realização de exames. O programa fornece também medicamentos e monitoramento regular constante ao paciente e seu cuidador. Em 2019 foi renovado o prazo do referido Contrato de Gestão até 31/12/2019, através de Termos Aditivos, 042/2019 a 049/2019, o valor pactuado nestes TA's foi no montante total de R\$ 126.420.871,00 (Cento e Vinte e Seis Milhões, Quatrocentos e Vinte Mil, Oitocentos e Setenta e Um Reais). **1 - Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. **2 - Apresentações das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Res. CFC N.º 1.409/12 - ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **2.1 - Formalidade da escrituração contábil - resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):** As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19 de dezembro de 2.013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. **2.2 - Nome Empresarial, Endereço e**

Passivo e Patrimônio Líquido	31.12.2019	31.12.2018
Passivo Circulante	26.590.712,92	54.221.330,54
Fornecedores (Nota3.9)	3.343.455,19	2.792.595,41
Serviços de Terceiros PF/PJ (Nota3.10)	4.377.854,92	3.747.913,18
Salários a Pagar (Nota3.11)	4.161.952,29	4.010.239,04
Contribuições a Recolher (Nota3.12)	1.203.634,58	7.502.898,13
Impostos a Recolher (Nota3.13)	2.035.470,30	1.805.168,51
Provisão de Férias (Nota3.14)	7.565.588,66	7.178.069,80
Provisão de FGTS sobre Férias (Nota3.14)	604.660,46	573.477,40
Provisão de PIS sobre Férias	-	71.780,70
Empréstimo a Funcionário	-	-
Lei 10.820/03 (Nota3.15)	441.448,79	360.490,87
Estimativa de Rescisão Contratual (Nota3.7)	-	24.434.789,30
Benefícios	5.264,58	-
Acordos Trabalhistas a Pagar	4.000,40	3.500,00
Obrigações Tributárias (Nota3.16/3.17.2)	565.309,72	535.038,88
Outras Contas a Pagar (Nota3.17/3.17.1)	579.230,01	268.361,04
Outros Valores de Terceiros	79.164,18	841.453,48
Valores a Realizar - Contrato/Convênio (Nota3.18)	1.623.678,84	-
Parcelamentos Imposto/Contribuição	-	95.554,80
Passivo Não Circulante	33.050.388,96	6.449.868,68
Financiamentos Fornecedores (Nota3.19)	460.698,69	511.887,33
Parcelamentos Imposto/Contribuição (Nota3.19)	-	736.214,37
Outros Parcelamentos a Pagar (Nota3.17.1)	3.435.346,26	4.042.815,98
Provisão de Despesa	-	-
Processos Trabalhistas (Nota3.20/3.20.1)	40.624,57	112.534,50
Provisão de Despesa	-	-
Processos Cíveis (Nota3.20/3.20.1)	100.000,00	390.249,13
Estimativa de Rescisão Contratual (Nota3.7)	26.875.841,01	-
Bens Móveis de Terceiros (Nota3.8)	7.478.745,13	5.817.250,36
Ajustes de vida útil - Bens Móveis de terceiros (Nota3.8/3.8.1)	(5.340.866,70)	(5.161.082,99)
Patrimônio Líquido	-	-
Resultado do Exercício (Nota5)	-	-
Total do Passivo	59.641.101,88	60.671.199,22

Comparativo das Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

	2019	2018
1 - RECEITAS	154.757.222,64	143.326.839,73
1.1) Prestação de Serviços	126.946.812,39	119.400.495,28
1.2) Outras Receitas	1.216.618,30	22.964,40
1.3) Trabalho Voluntário	19.679,39	13.984,74
1.4) Isenção Usufruída sobre Contribuições	26.574.112,56	23.889.395,31
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	35.847.913,84	34.272.795,93
2.1) Matérias-Primas Consumidas	-	-
2.2) Custos das Mercadorias Utilizadas nas Prestações de Serviços	12.390.984,93	11.798.242,26
2.3) Serviços de Terceiros e Outros	22.637.229,57	21.883.433,75
2.4) Perda / Recuperação de Valores Ativos	562.183,79	561.606,59
2.5) Outros	257.515,55	29.513,33
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	118.909.308,80	109.054.043,80
4 - Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade (3-4)	118.909.308,80	109.054.043,80
5 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	43.902,88	44.325,77
5.1) Receitas Financeiras	43.902,88	44.325,77
6 - Valor Adicionado Total (4+5)	118.953.211,68	109.098.369,57
7 - Distribuição do Valor Adicionado	118.953.211,68	109.098.369,57
7.1) Pessoal e Encargos	85.842.696,15	79.252.958,16
7.2) Impostos, Taxas e Contribuições	668.651,78	649.799,11
7.3) Juros	619.759,03	192.284,32
7.4) Aluguéis	5.228.312,77	5.099.947,93
7.5) Trabalho Voluntário	19.679,39	13.984,74
7.6) Isenção Usufruída sobre Contribuições	26.574.112,56	23.889.395,31
7.7) Outras Despesas	-	-

Comparativo das Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

	2019	2018
em Negociação:	28.393.831,99	32.755.454,82
3.4 - Outros Créditos: São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo, normalmente não relacionadas com o objeto principal da Instituição. 3.4.1 - Adiantamento a Fornecedores: Os valores classificados como adiantamentos a fornecedores, compreendem adiantamentos realizados a fornecedores de benefícios como vale transporte, antecipados no mês corrente, para utilização no mês subsequente e outros valores a receber, o saldo desta conta em 31.12.2019 é de R\$ 191.607,43. 3.4.2 - Antecipação de Férias: A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seu artigo, Art. 145. O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143, serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. 3.4.3 - Depósitos Judiciais: Os valores mantidos em depósito judicial estão amparados por processos trabalhistas e totalizam em 31.12.2019 R\$ 87.843,13. 3.5 - Estoques: Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios, equipamentos de proteção e materiais de terceiros até a data do balanço. O valor total escriturado em estoques no exercício de 2019 é de R\$ 903.476,83. Existem outros materiais de terceiros que são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder, segue abaixo quadro com a composição dos respectivos valores:		

CNPJ da Unidade Gerenciada: Razão Social - SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Nome Fantasia - Hospital Municipal Vereador José Storopoli - Endereço - Rua Francisco Fangianni, nº 127 - Parque Novo Mundo - São Paulo - SP CEP: 02181-160 - CNPJ - 61.699.567/0003-54. 3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações: Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabeleceu a resolução 1.409/12 (ITG 2002 (R1)) e suas alterações. O plano de contas adotado atende aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. **3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

	(Em Reais) R\$	
	31.12.2019	31.12.2018
Saldo em Caixa	-	-
Saldo em Bancos	11.359,22	14.931,32
Aplicações Financeiras	590.204,26	29.222,60
Total	601.563,48	44.153,92

Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2019 o montante de R\$ 11.359,22 conforme demonstrado no quadro acima. **3.2 - Aplicações Financeiras:** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição, uma vez que os valores encontram-se, aplicados por força de contrato de gestão, cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM. Para melhor visualização segue quadro demonstrativo:

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	Rentabilidade % no Mês	Saldo em 31/12/2019
Banco Bradesco S/A	Renda Fixa	0,13% a.m	562.353,67
Banco Bradesco S/A	CDB / RDB	88.0000 PCT	1.206,15
Banco Bradesco S/A	CDB / RDB	93.7500 PCT	539,77
Banco Bradesco S/A	CDB / RDB	5.0000 PCT	26.104,67
Total			590.204,26

(*) a instituição mantém esforços para operar com as melhores taxas disponíveis na instituição financeira. **3.3 - Contas a Receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme a resolução 1.305/10 (que aprova a NBC TG 07 (R2)) e conforme resolução 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002 (R1)) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1 - Valores a Receber:** Os valores registrados nesta conta em 31.12.2019 representam valores a receber de curto prazo (CP), relativos ao Contrato de Gestão nº 006/2008 - TA 003/2009 - TA 042/2019 à TA 049/2019, celebrados entre a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina e a Prefeitura Municipal São Paulo, por intermédio do NTCSS-SMS. **3.3.2 - Valores**

Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Hospital Municipal Vereador José Storopoli**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30/04/2020. São Paulo, 28/02/2020. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Diretor-Presidente da SPDM.

Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Ffindos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Valores Expressos em Reais (R\$)

	2019	2018
Receita Bruta de Serviços	153.313.294,50	143.303.875,33
Prestados com Restrições	153.313.294,50	143.303.875,33
PMSP - Prefeitura Municipal de São Paulo (Nota4.1)	126.719.502,55	119.400.495,28
Trabalho Voluntário Estatutário (Nota 9.2)	2.154,93	2.249,89
Outros Trabalhos Voluntários (Nota 9.2)	17.524,46	11.734,85
Isenção usufruída - INSS	-	-
Serviços Próprios (Nota 9)	20.616.647,83	19.098.723,98
Isenção usufruída - INSS	-	-
Serviços Terceiros (Nota 9)	1.415.461,16	1.208.656,47
Isenção usufruída - PIS (Nota 9.1)	740.418,49	-
Isenção usufruída - COFINS (Nota 9)	3.801.585,08	3.582.014,86
(=) Receita Líquida de Serviços	153.313.294,50	143.303.875,33
Prestados com Restrições	153.313.294,50	143.303.875,33
(+) Outras Receitas com Restrições	1.487.831,02	67.290,17
Outras Receitas (Nota4.1)	3.233,14	13.882,71
Descontos Recebidos (Nota4.1)	43.172,78	44.325,77
Outras Receitas Operacionais (Nota4.1)	227.309,84	-
Financeiras	730,10	-
Doações Recebidas (Nota4.3)	3.636,00	9.081,69
Reversão Contingências Passivas (Nota4.1)	1.209.749,16	-
(=) Receita Líquida com Restrições	154.801.125,52	143.371.165,50
(-) Custos dos Serviços	130.311.688,84	121.108.627,89
(-) Serviços - Pessoal Próprio (Nota4.2)	76.422.761,71	70.115.317,55

► **continuação 3.8 - Ativo Imobilizado:** O imobilizado de uso da unidade HMVJS é composto por bens de terceiros os quais tiveram seus valores reclassificados para atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuímos documentos de cessão de uso, como também através de doações. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 2019 - Bens de Terceiros					
Descrição	Posição em 31/12/2018	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2019	
Imobilizado - Bens de Terceiros	5.817.250,36	1.661.494,77	-	7.478.745,13	
Bens Móveis	5.817.250,36	1.661.494,77	-	7.478.745,13	
Apar Equip Utens Med Odont Lab	3.055.012,77	224.571,81	-	3.279.584,58	
Equip Processamento de Dados	612.412,80	-	-	612.412,80	
Mobiliário em Geral	474.088,81	-	-	474.088,81	
Maq Utens e Equip Diversos	1.413.566,29	67.769,00	-	1.481.335,29	
Aparelhos de Medição	5.366,79	-	-	5.366,79	
Apar e Equip Comunicação	24.683,98	-	-	24.683,98	
Apar e Utens Domésticos	75.809,36	-	-	75.809,36	
Maq e Equip de Natureza Indl	74.021,52	-	-	74.021,52	
Maquinas e Equip Energéticos	4.472,75	-	-	4.472,75	
Maquinas e Equip Gráficos	3.717,52	-	-	3.717,52	
Equip p/Audio Vídeo e Foto	41.821,28	-	-	41.821,28	
Maquinas e Utens. de Escritório	5.010,30	-	-	5.010,30	
Maq Ferram e Utens de Oficina	27.266,19	-	-	27.266,19	
Outros Materiais Permanentes	-	873.351,64	-	873.351,64	
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	-	495.802,32	-	495.802,32	
Total Imobilizado - Terceiros	5.817.250,36	1.661.494,77	-	7.478.745,13	

Demonstrativo da Movimentação dos Ajustes de Vida Útil em 2019 - Bens de Terceiros					
Descrição	Posição em 31/12/2018	Ajuste de Vida Útil	Posição em 31/12/2019	Taxas anuais médias de Ajustes	
Ajuste de vida útil de Bens de Terceiros	(5.161.082,99)	179.783,71	(5.340.866,70)		
Bens Móveis	(5.161.082,99)	179.783,71	(5.340.866,70)		
Apar Equip Utens Med Odont Lab	(2.982.027,72)	(16.475,40)	(2.998.503,12)	10,00	
Equip Processamento de Dados	(612.412,80)	-	(612.412,80)	20,00	
Mobiliário em Geral	(474.088,81)	-	(474.088,81)	10,00	
Maq Utens e Equip Diversos	(836.184,02)	(161.470,63)	(997.654,65)	10,00	
Aparelhos de Medição	(5.366,79)	-	(5.366,79)	10,00	
Apar e Equip Comunicação	(24.683,98)	-	(24.683,98)	10,00	
Apar e Utens Domésticos	(70.009,31)	(1.837,68)	(71.846,99)	10,00	
Maq e Equip de Natureza Indl	(74.021,52)	-	(74.021,52)	10,00	
Maquinas e Equip Energéticos	(4.472,75)	-	(4.472,75)	10,00	
Maquinas e Equip Gráficos	(3.717,52)	-	(3.717,52)	10,00	
Equip p/Audio vídeo e Foto	(41.821,28)	-	(41.821,28)	10,00	
Maquinas e Utens de Escritório	(5.010,30)	-	(5.010,30)	10,00	
Maq Ferram e Utens de Oficina	(27.266,19)	-	(27.266,19)	10,00	
Total do Ajuste de Vida Útil Acumulada	(5.161.082,99)	(0,00)	(5.340.866,70)		

3.8.1 Ajuste de Vida Útil Econômica - Bens Móveis: A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa 3.8 Ativo Imobilizado, de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. **3.9 - Fornecedores:** As obrigações com fornecedores são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor de notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 120 dias. **3.10 - Serviços de Terceiros PF/PJ:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados à contratos de prestação de serviços médicos, serviços gerais, limpeza, vigilância e segurança, manutenções preventivas, consultoria e auditoria, serviços de remoções, etc. **3.11 - Salários a Pagar:** De acordo com o artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensalmente das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.12 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS e FGTS. **3.13 - Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre serviços pessoal próprio em regime CLT e ISS sobre os serviços prestados de pessoas físicas autônomas. **3.14 - Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **3.15 - Empréstimos a Funcionários:** A Lei 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece aos seus funcionários o crédito consignado junto ao Banco Bradesco, com desconto em folha. O montante contabilizado em 31.12.2019 foi de R\$ 441.448,79 em 2018 foi de R\$ 360.490,87. **3.16 - Obrigações Tributárias:** As obrigações tributárias de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pelo HMVJS, o saldo final a pagar em 2019 referentes aos impostos citados acima foi de R\$ 565.309,72 e em 2018 foi de R\$ 535.038,88. Fazem parte de Outras Taxas Municipais, a TRSS (Taxa de Resíduos Sólidos de Saúde), pelo fato do HMVJS ser um Hospital, está obrigada a recolher junto à PMSP, por gerar tais resíduos, do qual a mesma não estava sendo recolhida, mas em 2015 o saldo foi negociado junto a PMSP, através de Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), para quitação em 120 parcelas, do qual foi concedido benefício de abatimento, referente à Desconto de 50% da Multa Moratória e de 60 % dos Juros Moratórios, apropriados em Curto Prazo e Longo Prazo, conforme princípios contábeis. **3.17 - Outras Contas a Pagar:** Os valores evidenciados em outras contas a pagar referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da instituição. **3.17.1 - Parcelamento FGTS:** Refere-se a parcelamentos de FGTS da qual o HMVJS reconheceu a dívida e através de um Termo de Confissão de Dívida junto a Caixa Econômica Federal com base na Lei 11.345/06, assinado em 23.11.2007 a SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina, vem recolhendo mensalmente os valores reconhecidos neste Termo, do qual o período compreendido é de 11/1998 a 05/2004. Anualmente, esses valores são atualizados e informados nas Demonstrações Financeiras da Instituição, apropriando-se em Curto Prazo e Longo Prazo, de acordo com a NBC T3. 3, Resolução CFC 686/90. Em 2019, o valor reconhecido foi de R\$ 2.897.366,65, distribuídos conforme informado acima. **3.17.2 - Programa de Parcelamento PMSP:** A unidade gerenciada aderiu em 2015 ao PAT (Programa Administrativo de Débitos Tributários) e PPI (Programa de Parcelamento Incentivado) programas de incentivo da PMSP (Prefeitura Municipal de São Paulo), renegociou seu saldo devedor referente a TRSS (Taxa de Resíduos Sólidos de Saúde) em 60 parcelas e 120 parcelas respectivamente, com correção com base na Taxa Selic, saldo este pertinente ao período de 2011 a 2015, o valor atualizado em 2019 é de R\$ 1.314.014,64, distribuídos em contas de Curto Prazo e Longo Prazo. (mencionada/vide na Nota 3.16). **3.18 - Convênios / Contratos Públicos a Realizar:** De acordo com a Resolução CFC N° 1.305/10 (NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais) item 8 e 15A e Resolução CFC N° 1.409/12 (ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro), item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão/Convênios com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. **3.19 - Parcelamentos:** Os parcelamentos tratam-se de Parcelamentos com Fornecedores, que através de Termo de Confissão de dívida, a unidade gerenciada reconhece tal e vem cumprindo fielmente estes pagamentos. **3.20 - Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores, que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos, em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.20.1 - Contingências Ativas e Passivas:** Em atendimento ao Princípio do Conservadorismo (Prudência), as contingências ativas não devem ser contabilizadas enquanto não estiverem efetivamente asseguradas a sua obtenção em decisão final para a qual não caibam mais quaisquer recursos. Mesmo nas situações em que a probabilidade seja favorável, isto não é suficiente para dar base ao reconhecimento do ganho contingente, uma vez que esta não assegura uma decisão final favorável à instituição. Em 2019, possuímos contingências ativas, no valor de

Contrato de Gestão 006/2008 - TA 003/2009 - Termo Aditivo 45/2019 12.188.300,00
 Contrato de Gestão 006/2008 - TA 003/2009 - Termo Aditivo 46/2019 24.476.600,00
 Contrato de Gestão 006/2008 - TA 003/2009 - Termo Aditivo 47/2019 10.038.083,00
 Contrato de Gestão 006/2008 - TA 003/2009 - Termo Aditivo 48/2019 10.038.083,00
 Contrato de Gestão 006/2008 - TA 003/2009 - Termo Aditivo 49/2019 10.455.005,00
126.420.871,00

5 - Patrimônio Líquido: A SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos a partir de 2016. **6 - Resultado Operacional:** Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 R1 - Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R\$ 126.420.871,00; acrescidos de Outras Receitas no valor de R\$ 1.294.592,47; e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de R\$ 127.980.023,73; encerrando o exercício com um resultado deficitário no valor de -R\$ 264.560,26. **7 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 834/16 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. **O HMVJS apresentou a seguinte produção:**

Produção - 2019		SUS
Linha de Atendimento		
Internações		
Saída Hospitalar		12.984
Nº de Cirurgias		5.794
Nº de Partos		1.927
Diárias de UTI - Total (Paciente - Dia UTI)		
Pediátrica, Neonatal e Adulto)		5.931
Internação/Atendimento Domiciliar		2.656
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)		
Consulta/ atendimento de urgência (PS/PA)		364.361
Atendimento Ambulatorial - Total		
Consulta médica		32.945
Atendimento não médico		8.079
HD/Cirurgia ambulatorial		1.328
SADT - Total (SIA + SIH)		1.019.348

Passivo Contingência - 2019			
Cível		Trabalhista	
Provável	Possível	Provável	Possível
100.000,00	8.601.444,64	40.624,57	2.130.534,05

3.21-Outros Ativos e Passivos: Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita àqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. Com referência a outros passivos exigíveis, a Entidade está se valendo de Medidas Liminares - Tutelas Antecipadas obtidas na justiça federal, que suspendem a exigibilidade de estar recolhendo PIS sobre a folha de pagamento a alíquota de 1%/mês. Recentemente, em 2014, a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) foi reafirmada em sessão plenária quanto à imunidade tributária das entidades filantrópicas em relação ao Programa de Integração Social (PIS). A matéria foi discutida no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 636941, que teve repercussão geral reconhecida. Desta forma, entende o STF que entidades filantrópicas portadoras do CEBAS, fazem jus a imunidade sobre contribuição para PIS. **4 - Origens e Aplicações dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através de comprovantes, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais fiscais. **4.1 - Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios são de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a Resolução CFC N° 1.305/10 (NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.2 - Custos e Despesas Operacionais:** Os custos e despesas operacionais estão relacionados aos setores produtivos e administrativos da instituição e foram classificados de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3 - Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais os utilizam no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2019 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 3.636,00, doações estas que são pertinentes a mercadorias. **4.4 - Rendimentos sobre Aplicação Financeiras:** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos à Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamental. Em 2019 tais valores representam o montante de R\$ 34.071,29. **4.5 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, o HMVJS presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade, para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC N° 1.305/10 (NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais) na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2019, o HMVJS reconheceu recursos da NTCSS-SMS/PMSP conforme quadro abaixo:

HMVJS - Hospital Municipal Verador José Storopoli	R\$
Contrato de Gestão 006/2008 - TA 003/2009 - Termo Aditivo 42/2019	29.612.400,00
Contrato de Gestão 006/2008 - TA 003/2009 - Termo Aditivo 43/2019	19.741.600,00
Contrato de Gestão 006/2008 - TA 003/2009 - Termo Aditivo 44/2019	9.870.800,00

Contrato de Gestão 006/2008 - TA 003/2009 - Termo Aditivo 45/2019 12.188.300,00
 Contrato de Gestão 006/2008 - TA 003/2009 - Termo Aditivo 46/2019 24.476.600,00
 Contrato de Gestão 006/2008 - TA 003/2009 - Termo Aditivo 47/2019 10.038.083,00
 Contrato de Gestão 006/2008 - TA 003/2009 - Termo Aditivo 48/2019 10.038.083,00
 Contrato de Gestão 006/2008 - TA 003/2009 - Termo Aditivo 49/2019 10.455.005,00
126.420.871,00

5 - Patrimônio Líquido: A SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos a partir de 2016. **6 - Resultado Operacional:** Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 R1 - Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R\$ 126.420.871,00; acrescidos de Outras Receitas no valor de R\$ 1.294.592,47; e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de R\$ 127.980.023,73; encerrando o exercício com um resultado deficitário no valor de -R\$ 264.560,26. **7 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 834/16 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. **O HMVJS apresentou a seguinte produção:**

Produção - 2019		SUS
Linha de Atendimento		
Internações		
Saída Hospitalar		12.984
Nº de Cirurgias		5.794
Nº de Partos		1.927
Diárias de UTI - Total (Paciente - Dia UTI)		
Pediátrica, Neonatal e Adulto)		5.931
Internação/Atendimento Domiciliar		2.656
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)		
Consulta/ atendimento de urgência (PS/PA)		364.361
Atendimento Ambulatorial - Total		
Consulta médica		32.945
Atendimento não médico		8.079
HD/Cirurgia ambulatorial		1.328
SADT - Total (SIA + SIH)		1.019.348

Relatório de Execução do Contrato de Gestão		
Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2019		
Linha de Contratação	Contratado	Realizado
Internações		
Saída Hospitalar - Total	10.620	13.118
HD/CIR. Eletiva - Total	4.800	4.603
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)		
Consulta de urgência	180.000	245.865
Atendimento Ambulatorial - Total		
Consulta médica - TOTAL	22.800	32.260
Cirurgia Ambulatorial (CMA/CMA) - Total	1.200	660
Atendimento Domiciliar	2.160	2.656
Sadt Externo - Total	2.960	8.842

Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2019		
Receitas	Custeio	Investimento
Repasses do Contrato / Convênio	126.320.871,00	100.000,00
Receitas Financeiras e Outras Receitas	1.294.592,47	-
Total Das Receitas	127.615.463,47	100.000,00
Despesas	Custeio	Investimento
Despesas com Pessoal	85.842.696,15	-
Despesas com Materiais, Serviços e Outras Despesas	42.137.327,58	-
Total das Despesas	127.980.023,73	-

9 - Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834 de 27/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 05 de Janeiro de 2018, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme processo SIPAR nº 25000.003623/2018-01, o qual aguarda deferimento pelo Ministério. Os montantes das isenções e as contribuições usufruídas durante o exercício de 2019 se encontram registrados em conta específica de receita e totalizou R\$ 26.574.112,56. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes à COFINS, INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros PF e PIS sobre Folha de Pagamento. **9.1 - Isenção PIS s/ Folha de Pagamento:** Em virtude do Acórdão Publicado em 03.07.2019 pelo Desembargador Marcelo Mesquita Saraiva, nos Embargos de Declaração em Apelação/Remessa Necessária Nº 0027951-41.2004.4.03.6100/SP - 2004.61.00.0279

▶ **continuação** o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegado ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2019, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.154,93;

em 2018 estes valores foram de R\$ 2.249,89, enquanto os outros trabalhos voluntários em 2019 totalizaram R\$ 17.524,46. Em 2018 estes os valores apurados foram de R\$ 11.734,85. **10 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros,

e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil da Continuidade. **11 - Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de Dezembro de 2019.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM

Dr. Luis Fernando Paes Leme - Diretor Técnico

Rodolfo da Silva Cardoso - Contador - CRC 1SP274.068/O-0

Relatório dos Auditores Independentes: Opinião sobre as Demonstrações Contábeis: Examinamos as Demonstrações Contábeis da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Vereador José Storopoli** que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Continuidade de Gerenciamento:** Em 2019 foi renovado o prazo do referido Contrato de Gestão até 31/12/2019, através de Termos Aditivos, 042/2019 à 049/2019, o valor pactuado nestes TA's foi no montante total de R\$ 126.420.871,00 (Cento e Vinte e Seis Milhões, Quatrocentos e Vinte Mil, Oitocentos e Setenta e Um Reais). **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contá-

beis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 27 de março de 2020. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 024298/O-3. Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior** - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04.

Edenred Brasil Participações S.A.

CNPJ nº 42.169.508/0001-68

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Balanços Patrimoniais		Demonstrações do Resultado					2019	2018
	2019	2018	Passivo e patrimônio líquido		Receitas (despesas) operacionais		2019	2018	
Circulante	668.298	369.334	Circulante	109.202	99.852	Receitas (despesas) operacionais			
Caixa e equivalentes de caixa	277.746	256.196	Fornecedores	1.083	790	Comerciais			(160)
Impostos a recuperar	16.570	14.016	Obrigações tributárias	3.362	3.351	Assessoria e representação			(7.034)
Despesas antecipadas	136	-	IR e CS a recolher	-	526	Outras despesas gerais e administrativas			(1.664)
Partes relacionadas	38	-	Partes relacionadas	25	-	Outras despesas/receitas operacionais, líquidas			91
Dividendos a receber	373.292	98.589	Dividendos obrigatórios	103.777	92.979	Equivalência patrimonial			432.630
Outras contas a receber	516	533	Outras contas a pagar	955	2.206	Lucro operacional antes do resultado financeiro			423.863
Não circulante	1.884.991	1.715.905	Não circulante	2.614	1.848	Resultado financeiro			
Realizável a longo prazo: IR e CS diferidos	672	641	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.614	1.848	Receitas financeiras			16.468
Depósitos judiciais	2.174	1.912	Patrimônio líquido	2.441.473	1.983.539	Despesas financeiras			(319)
Empréstimo mútuo	221	-	Capital social	872.477	872.477	Lucro antes do IR e da CS			440.012
Investimento	1.171.054	1.002.482	Reservas de capital	411.006	411.006	IR e CS: Correntes			(3.086)
Intangível	710.870	710.870	Reservas de lucros	1.069.911	656.747	Diferidos			31
Total do ativo	2.553.289	2.085.239	Outros resultado abrangentes	93.651	48.881	Lucro líquido do exercício			436.957
			Ajuste de avaliação patrimonial	(5.572)	(5.572)	Lucro líquido do exercício por lote de mil ações do capital social - R\$			86,95
			Total do passivo e patrimônio líquido	2.553.289	2.085.239	Demonstrações do Resultado Abrangente			2019
						Lucro líquido do exercício			2018
						Reconhecimento do ganho da parcela efetiva do instrumento financeiro por equivalência patrimonial			44.770
						Resultado abrangente do período			481.727
						Demonstrações dos Fluxos de Caixa			2019
						Fluxos de caixa das atividades operacionais			2018
						Lucro líquido do exercício			436.957
						Reconciliação do lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			391.492
						Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas			766
						IR e CS diferidos			(31)
						Resultado de equivalência patrimonial			(432.630)
									5.062
						(Aumento) redução nos ativos:			
						Impostos a recuperar			(2.554)
						Outras contas a receber			17
						Despesas antecipadas			(136)
						Outros créditos com partes relacionadas			(38)
						Depósitos judiciais			(262)
						Dividendos a receber			(274.703)
						Empréstimo mútuo			(221)
						Aumento (redução) nos passivos:			
						Fornecedores			293
						Obrigações tributárias			11
						IR e CS a recolher			1.748
						Outras contas a pagar com partes relacionadas			25
						Outras contas a pagar			(1.252)
						Caixa gerado pelas atividades operacionais			(272.010)
						IR e CS pagos			(2.274)
						Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			(274.284)
						Fluxos de caixa das atividades de investimento			
						Dividendos recebidos			393.579
						Reestruturação societária			369.558
						Aquisições de investimento			(95.386)
						Aquisições ativo imobilizado e intangível			-
						Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			667.751
						Fluxos de caixa das atividades de financiamento			342.935
						Pagamento de dividendos			(371.917)
						Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento			(371.917)
						Aumento do caixa e equivalentes de caixa			21.550
						Saldo final			277.746
						Saldo inicial			256.196
						Aumento do caixa e equivalentes de caixa			21.550
						5.025.452			100%

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A Edenred Brasil Participações S.A. ("Companhia") tem por objeto social principal a participação em outras sociedades, como cotista ou acionista, e em empreendimentos industriais, comerciais e agropecuários, sob qualquer forma. **2. Base de Elaboração das Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e também os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. **2.2. Base de elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir: O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. **2.3. Novos pronunciamentos e alterações de pronunciamentos:** a) Pronunciamentos aplicáveis para o exercício findo em 31/12/2019: • **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que substituiu o CPC 06 (R1) e as respectivas interpretações a partir de 01/01/2019, estabelece os princípios para o reconhecimento de arrendamentos e introduz grandes mudanças na contabilização de arrendamentos por arrendatários, pois elimina a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros. De acordo com a norma CPC 06 (R2), todos os arrendamentos devem ser apresentados nos balanços patrimoniais através do reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento correspondente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento devido durante o prazo razoavelmente certo do arrendamento. Sua adoção se deu a partir de 01/01/2019, porém não houve impactos para as demonstrações financeiras da Companhia. • **Interpretação técnica ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro:** Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. Sua adoção se deu a partir de 01/01/2019, porém não houve impactos para as demonstrações financeiras da Companhia. **3. Principais Políticas Contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes: a) Resultado das operações: Apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. b) Reconhecimento das receitas: As receitas são reconhecidas no momento da efetiva prestação de serviços. c) Moeda funcional e de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), que foi designado como moeda funcional, por ser a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, e também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. d) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e

sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no fim de cada exercício, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. e) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo são reconhecidos imediatamente no resultado. A Companhia classifica seus instrumentos financeiros, em função da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinada no reconhecimento inicial, seguindo as classificações estipuladas pelo CPC 48: (i) Custo amortizado; (ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (PL); e (iii) Valor justo por meio do resultado. f) IR e CS: A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 25% e para a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no ativo não circulante decorrem principalmente da provisão do ágio, ganhos monetários sobre obrigações e de despesas apropriadas ao resultado, entretanto, indedutíveis temporariamente. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado para que reflita o montante que se espera que seja recuperado. g) Dividendos obrigatórios: A proposta de distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos obrigatórios" por ser considerada como uma obrigação estatutária da Companhia. **4. Principais Fontes de Julgamento e Estimativas:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros. a) Investimentos: São registrados pelo custo e seu valor contábil aumentado ou diminuído pelo reconhecimento do método de Equivalência Patrimonial. b) Avaliação dos instrumentos financeiros: A Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros. **5. Caixas e Equivalentes de Caixa:** Estão representadas por investimentos temporários, estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base da demonstração financeira, não superando seus valores de mercado, são resgatáveis a qualquer tempo e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Em 31/12/2019, as aplicações financeiras estão representadas por

293 538
11 6
1.748 (7.063)
25 (7)
(1.252) 1.598
(272.010) (159)
(2.274) -
(274.284) (159)
Fluxos de caixa das atividades de investimento
Dividendos recebidos 393.579 350.073
Reestruturação societária 369.558 -
Aquisições de investimento (95.386) (12.237)
Aquisições ativo imobilizado e intangível - 5.099
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento **667.751 342.935**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento
Pagamento de dividendos (371.917) (285.456)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento **(371.917) (285.456)**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa
Saldo final 277.746 256.196
Saldo inicial 256.196 198.876
Aumento do caixa e equivalentes de caixa
21.550 57.320

Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e Letras Financeiras - LF remunerados por taxas que variam entre 97,5% e 102% (97,5% e 100,2% em 2018) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI com liquidez diária. **6. Patrimônio Líquido:** a) Capital social: O capital social da Companhia em 31/12/2019 é de R\$872.477, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, divididos em 5.025.452 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A composição do capital social em 31/12/2019 compreende:

Acionistas	Quantidade de Ações	Participação %
Saminvest SAS França	2.758.471	54,89%
Edenred S.A.	425.153	8,46%
Edenred Belgium	1.841.828	38,65%
Total	5.025.452	100%

b) Reserva legal: Constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não podendo exceder 20% do capital social, conforme previsto em legislação vigente. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar capital social. c) Dividendos mínimos obrigatórios: A política de distribuição determina que os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, dividendos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, apurado na forma da Lei. **7. Aprovação para Emissão das Demonstrações Financeiras:** As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 27/04/2020. **8. Eventos Subsequentes:** Devido à incertezas derivadas dos efeitos do "Novo Corona Virus" (COVID-19), a Administração entende que não tem impactos financeiros nas Demonstrações Financeiras de 31/12/2019 mas está atenta ao comportamento dos volumes operacionais atuais de suas controladas e a segurança dos seus colaboradores.

Contador: Leandro Rocha Rovatto - CRC.SP nº 258907/O-4

Diretoria: Gilles Andre Coccoli - Diretor Presidente

Alaor Barra Aguirre - Diretor Vice-Presidente